



AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANSEXUAIS PROFISSIONAIS DO SEXO

EZEQUIAS LÚCIO DE LIMA; ELIS ALVES DE AZEVEDO; NATAN JOSÉ DA SILVA; MARIA JANIELE FERREIRA DA SILVA; EMMILY FABIANA GALINDO DEFRANÇA

RESUMO

Historicamente é perpetrado na sociedade a existência de apenas dois gêneros: masculino e feminino, sendo estes responsáveis por ditar o papel social exercido. Ainda assim, o termo transgênero surge como uma identificação social para aqueles que o sexo biológico difere da autocompreensão, como forma de autorreconhecimento e inserção social. Por consequência do preconceito, grupos minoritários como o público LGBTQIAPN+ estão sujeitos a situações de violência seja ela psicológica ou física. Devido ao preconceito e discriminação vivenciados, essas pessoas passam à criar uma estratégia de sobrevivência por não se sentirem visíveis, recorrendo assim ao trabalho informal como a prostituição. Portanto, o estudo objetivou compreender as repercussões da violência de gênero na saúde mental de mulheres transexuais profissionais do sexo, pois, é notável a correlação entre as agressões vivenciadas e o deterioramento psíquico. Os agressores aproveitam-se da vulnerabilidade e transfobia social como ferramentas de poder para ganhar vantagem e cometer violências. As repercussões na saúde mental dessa população são alarmantes, uma vez que, além da violência sofrida pelos parceiros íntimos, muitas fazem o uso regular de álcool e/ou outras drogas, vivenciam más condições de trabalho por conta da perseguição social, baixa remuneração e falta de apoio da segurança pública. Conclui-se que os altos números de violência refletem as barreiras socioculturais enfrentadas, que por sua vez, explica as consequências de sofrimento psicológico em longo prazo que resulta nos transtornos mentais e o risco de suicídio. Surge então a necessidade de repensar em medidas de segurança, incluindo a gravidade do problema e a necessidade desse público ao ser atendida. Ressalta-se a importância dos debates sociais e educação em saúde por parte da gestão, dos profissionais de saúde e do conhecimento da população para colaborar com a desmitificação dos tabus que circundam as mulheres trans, a fim de reduzir as taxas e promover uma melhor qualidade de vida, visando uma atenção integral e holística.

Palavras-chave: Disparidade de gênero; Sofrimento mental; Transfobia; Violência sexual; Desafios.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente é perpetrada na sociedade a existência de apenas dois gêneros: masculino e feminino, sendo estes responsáveis por ditar o papel social exercido. Em virtude de uma visão heteronormativa e cisnormativa que é nutrida de um preconceito pautado em uma crença enraizada de que tudo que fuja dessa realidade é transgressor para o coletivo (SOUZA; OLIVEIRA, 2023). Ainda assim, o termo transgênero surge como uma identificação social para aqueles que o sexo biológico difere da autocompreensão, como forma de autorreconhecimento e inserção social (SILVA *et al.*, 2020).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que a saúde mental pode ser considerada a harmonia entre fatores biológicos, mentais e sociais, o bem-estar pleno individual está intrinsecamente interligado entre esses agentes que garantem a funcionalidade saudável biológica (BRASIL, 2022). De acordo com a Política Nacional de Saúde Mental, instituída pela Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, é assegurado a todos os cidadãos em sofrimento mental, sem quaisquer distinções, os cuidados pautados pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade, integralidade e equidade em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BRASIL, 2001).

Entende-se o preconceito como um julgamento intolerante estabelecido através de um pensamento inerte e abstrato. No dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira o preconceito é definido como uma ideia preconcebida formada sem conhecimento dos fatos que causa um ódio irracional, aversão e intolerância (MACHADO, 2010). Por consequência do preconceito, essas pessoas estão sujeitas a situações de violência seja ela psicológica ou física, que torna-se ainda mais evidente em grupos minoritários como o público LGBTQIAPN+ (SILVA *et al.*, 2016).

Devido ao preconceito e discriminação vivenciados em ambientes como o familiar e social, Mulheres Transexuais (MT) são impactadas diretamente na aceitação nos empregos e serviços de saúde. Essas pessoas passam à criar uma estratégia de sobrevivência por não se sentirem visíveis, recorrendo assim ao trabalho informal como a prostituição (SILVA *et al.*, 2016). De acordo com o Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no último ano, pelo menos, 151 pessoas trans foram mortas vítimas do prejulgamento no Brasil, sendo este mesmo país o maior consumidor da pornografia trans em sites adultos e também o 14º na lista de países com maior índice de violência contra pessoas trans (BENEVIDES, 2022).

Asseguradas pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), que é configurada pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, elas têm o direito garantido aos cuidados saúde de qualidade, assegurando uma atenção individualizada e livre de desigualdades ou discriminações oferecendo um acesso universal aos serviços de saúde (BRASIL, 2011).

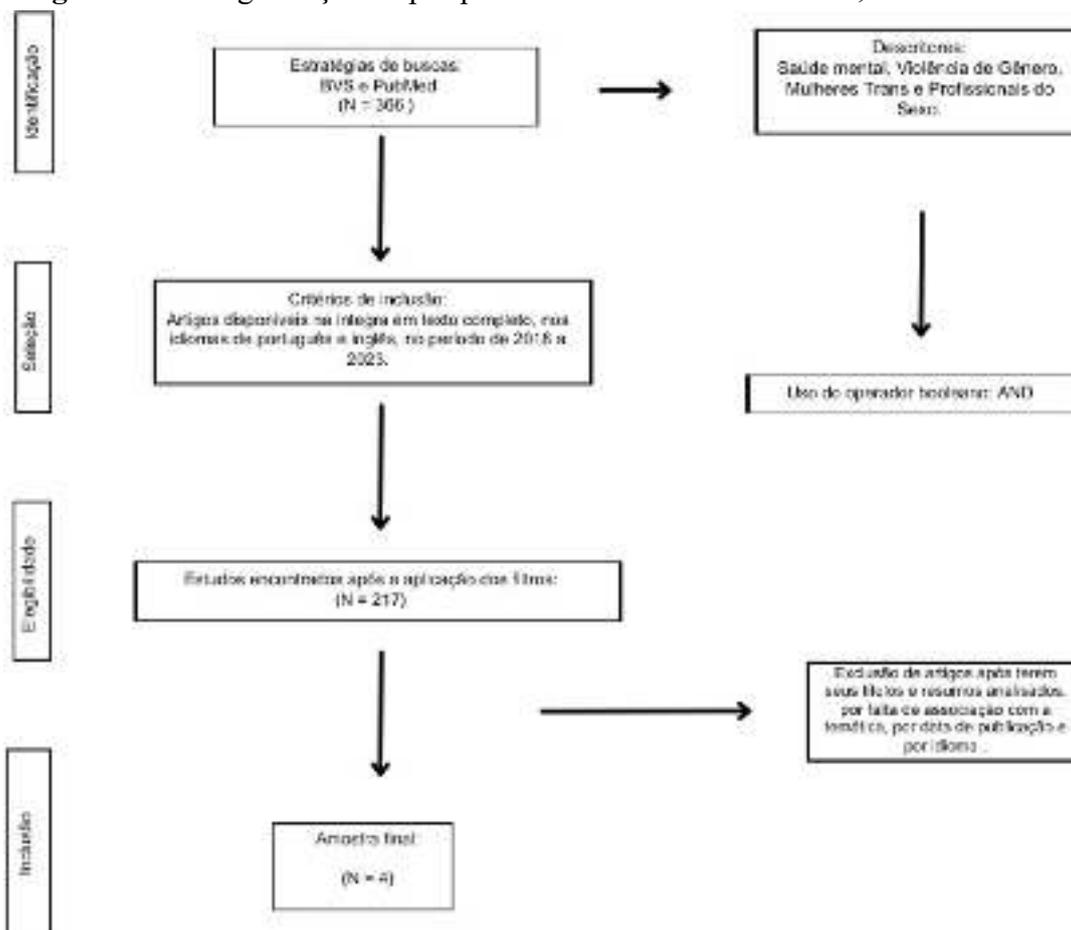
2 MATERIAIS E MÉTODOS

Em virtude da construção desta revisão, fez-se um levantamento de busca na plataforma digital: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na base de dado: PubMed utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): saúde mental; violência de gênero; mulher trans e profissionais do sexo, bem como a utilização do operador booleano AND para relacionar os termos.

Foram utilizados como critérios de inclusão os artigos disponíveis na íntegra em texto completo, nos idiomas de português e inglês, no período de 2018 a 2023. Os critérios de exclusão foram artigos que não estivessem no recorte temporal, fossem artigos repetidos, teses, dissertações, capítulos de livro, revisões bibliográficas e que não apresentasse associação com a temática.

A busca inicial possibilitou assim encontrar 366 materiais, após a utilização dos filtros, foi possível encontrar 217 resultados, os quais tiveram seus títulos e resumos analisados para selecionar os estudos que apresentassem as informações procuradas na pesquisa. Depois da análise, 4 artigos compuseram a amostra final, que foi utilizada para construção da discussão. A estratégia da pesquisa está disposta no Fluxograma I.

Fluxograma I: Categorização da pesquisa conforme coleta de dados, em 2023.



Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O preconceito enraizado socialmente torna as MT vulneráveis a todos os tipos de violência seja física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A marginalização dessa população expõe a uma desigualdade socioeconômica gigantesca responsável por limitar o leque de oportunidades profissionais consideradas tradicionais e abrir as portas para o trabalho sexual como única saída (SRIVASTAVA *et al.*, 2021). Por sua vez, essa perspectiva as torna mais vulneráveis a riscos como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), violência interpessoal e exclusão dos cuidados de saúde como acesso a recursos de saúde mental, sendo marginalizadas e apresentando maiores taxas de violência (ROUHANI *et al.*, 2021).

Segundo o estudo de Peitzmeier *et al.* (2021), os agressores aproveitam-se da vulnerabilidade e transfobia social como ferramentas de poder e controle sob indivíduos transexuais para ganhar vantagem e cometer violências. Assim utilizam-se da inoperância estatal como alibi para consumir tais crimes contra a comunidade. As mulheres pretas, estão mais expostas a essa violência interpessoal sendo hipersexualizadas. Ressalta-se que existe um estigma acerca da relação entre MT e homens cis, que muitas vezes consomem a violência por medo de terem a relação exposta socialmente.

Por isso, a agressão sofrida pelo público do estudo tem como agentes mais frequentes os homens heterossexuais que cometem essas atitudes como ampliação do patriarcado, através de comentários sexistas e depreciativos sendo incitados tanto no ambiente doméstico quanto no de trabalho. Ressalta-se ainda que o poder obtido pela classe dominante não deriva apenas de questões estruturais e patriarcais, mas dos discursos cisgênero que moldam as ideias

relacionadas as pessoas transgêneras que marginalizam e criam realidades diferentes para essa população (TSANG, 2020).

A elevada incidência de MT que recorrem ao trabalho sexual é uma indicativa da rejeição enfrentada pelas mesmas, resultante das oportunidades limitadas. A discriminação perpassa até os sistemas sociais e institucionais que endossam a violência cometida inviabilizando agressões físicas e sexuais sofridas como forma de jogar para a margem e banalizar essas situações corriqueiras. Pois, essas pessoas são vistas como transgressoras sociais, e ao vivenciar essas experiências traumáticas relaciona-se com o aumento tentativas de suicídio e outros transtornos (SRIVASTAVA *et al.*, 2021).

Ressalta-se ainda que as MT, mais velhas, profissionais do sexo e que já vivenciaram um momento de insegurança alimentar são as mais propensas a sofrerem violência por parte dos parceiros íntimos. Assim, os agressores aproveitam-se da transfobia social, desigualdade socioeconômica e insegurança jurídica para consumir atos violentos e crimes utilizando como meio de controlar essas pessoas e mantê-las em silêncio, estando associado ao sofrimento psicológico e alta incidência de transtornos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumáticos (PEITZMEIER *et al.*, 2021).

Tsang, (2020) trouxe que as repercussões na saúde mental dessa população são alarmantes, uma vez que, além da violência sofrida pelos parceiros íntimos, muitas fazem o uso regular de álcool e/ou outras drogas, vivenciam más condições de trabalho por conta da perseguição social, baixa remuneração e falta de apoio da segurança pública. As quais geralmente recebem o suporte de outras profissionais do sexo, chamando essa rede de “irmandade”. A dificuldade para aceitação dessas pessoas corrobora com o obstáculo de encontrar parceiros íntimos por não serem consideradas desejáveis para a sociedade, gerando medo de ficarem sozinhas.

Alguns países apresentam uma rigidez maior na aceitação dessa minoria ao conduzir essas situações de forma inflexível olhando para MT como transgressoras das normas culturais e por terem relações com homens. Não são consideradas mulheres e são enviadas para centros de detenção, com o propósito de silenciar e as manterem invisíveis. Por consequência disso, as pessoas transexuais acabam iniciando sua transição para uma fase mais adulta, a qual já seguiram os padrões sociais e casaram-se com mulheres. Várias das participantes da pesquisa não se divorciaram de suas antigas parceiras, apenas mudaram de cidade (TSANG, 2020).

Sendo assim, a resiliência implica na adoção de medidas de proteção contra eventos adversos que como consequência irão impactar na saúde mental. O ambiente das profissionais de sexo apresenta exposição de risco que é acompanhado por episódios excessivos de traumas, exigindo segurança e sobrevivência por trazerem efeitos deletérios aditivos na resiliência. O estudo destaca ainda que as profissionais transexuais apresentaram pontuações mais altas de resiliência, quando relacionadas ao apoio de grupos sociais mais marginalizados, os quais oferecem acesso a habitação, alimentação e solidariedade (ROUHANI *et al.* 2021).

4 CONCLUSÃO

Mulheres transexuais profissionais do sexo vivenciam muito mais situações de violência do que mulheres cis. Os resultados mostraram que essa violência é cometida por parceiros íntimos que se identificam como héteros e apresentam comportamentos de medo ao imaginar o conhecimento da relação. Os altos números de violência refletem as barreiras socioculturais enfrentadas e que apresentam pensamentos limitantes, que por sua vez, explica as consequências de sofrimento psicológico em longo prazo que resulta nos transtornos mentais e o risco de suicídio.

O estudo possibilitou perceber que trata-se de um problema referente à saúde pública. As medidas e esforços governamentais são insuficientes quando os perpetradores da violência

continuam livres e a cada dia tem-se uma nova vítima. Assim, as medidas de segurança precisam ser repensadas, incluindo a gravidade do problema e a necessidade desse público ao ser atendida. Ressalta-se a importância dos debates sociais e educação em saúde por parte da gestão, dos profissionais de saúde e do conhecimento da população para colaborar com a desmitificação dos tabus que circundam as mulheres trans, a fim de reduzir as taxas e promover uma melhor qualidade de vida, visando uma atenção integral e holística.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil**, Brasil, 29 jan. 2022. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Portaria Nº 2.836**. 11 dez. 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. Política para melhorar a saúde mental. **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, Washington, 09 abr. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/sites/default/files/ce170-15-p-politica-saude-mental_0.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei da Reforma Psiquiátrica Nº 10.216**. 06 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

MACHADO, C.P. A designação da palavra preconceito em dicionários atuais. **Revista Sínteses**, Campinas, v.13, p. 199. 26 jan. 2010. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/831>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PEITZMEIER, S. M.; WIRTZ, A. L.; HUMES, E.; HUGHTO, J. M.; COONEY, E.; REISNER, S. L. A escala de violência entre parceiros íntimos específica para transgêneros para pesquisa e prática: validação em uma amostra de mulheres trans. **Ciências Sociais e Medicina**, [S.L.], v. 291, n. 114495, dez. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34710821/>. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114495>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ROUHANI, S.; DECKER, M. R.; TOMKO, C.; SILBERZAHN, B.; ALLEN, S. T.; NYEONG, P. J.; HA, R. K.; SHERMAN, S. G. Resilience among cisgender and transgender women in street-based sex work in Baltimore, Maryland. **Women's Health Issues**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 148-156, abr. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33298401/>. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.whi.2020.11.002>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SILVA, N. L.; LOPES, R. O. P.; BITENCOURT, G. R.; BOSSATO, H. R.; BRANDÃO, M. A. G.; FERREIRA, M. A. Identidade social da pessoa transgênero: análise do conceito e proposição do diagnóstico de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.73, p.e20200070, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TPH8W4hr8MGxVRzkW3TbkKq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. de 2024.

SILVA, G. W. S.; SOUZA, E. F.; SENA, R. C. F.; MOURA, I. B. L.; SOBREIRA, M. V. S.; MIRANDA, F. A. N. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. e56407, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngen/a/JdXmwrJfYcMvBBc5kb4qhjm/>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.56407>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUZA, J. S.; OLIVEIRA, D. V. Gêneros, Sexualidades e Língua (gens): Conceito Plurais para Abordagens Decoloniais nas Aulas de Inglês. **Ilha do Desterro**, [S.L], v. 75, p. 187-210, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2022.e85424> disponível em: <https://www.scielo.br/j/ides/a/9CLrR4jr4dZLkn8Q6sfxcpN/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SRIVASTAVA, A.; DAVIS, J. P.; PATEL, P.; DANIEL, E. E.; KARKAL, S.; ARROZ, E. Polyvictimization, sex work, and depressive symptoms among transgender women and men who have sex with men. **Journal of interpersonal violence**, [S.L], v. 37, n. 13-14, p. NP11089-NP11109, fev. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260521990840>. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260521990840>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TSANG, E. Y. A sisterhood of hope: How China's transgender sex workers cope with intimate partner violence. **International journal of environmental research and public health**, [S.L], v. 17, n. 21, p. 7959, out. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33138225/>. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17217959>. Acesso em: 16 dez. 2023.